

Somos eu e você (negros): A questão da paridade racial no fazer pesquisa.

Manoel Nogueira Maia Neto¹

Resumo

Este trabalho explora os atravessamentos no processo de pesquisa envolvendo pesquisador e participantes com foco na paridade racial, no qual ambos são pessoas negras. Partindo de um relato de pesquisa, a qual se deu através de entrevistas semiestruturadas com profissionais negras/os da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de um estado nordestino, foram realizadas quatro entrevistas que facilitaram reflexões sobre o próprio ato de pesquisar. Alguns achados foram de evidenciar o silenciamento das violências raciais contra os/as profissionais negras/os e, mais centralmente para este estudo, situar a dificuldade dessas profissionais de encontrar espaço para entender as situações difíceis vividas no trabalho, estando aí a importância da entrevista e da paridade racial. Sugere-se ampliar as investigações sobre a relevância da paridade racial em pesquisas em diversas áreas, como Ciências Sociais e Saúde Coletiva, bem como explorar as percepções no fazer pesquisa de pesquisadoras/es diante outros marcadores sociais, como gênero e classe. Este trabalho pretende contribuir para o debate sobre epistemologias decoloniais e a inclusão de perspectivas negras na produção de conhecimento científico.

Palavras-Chave: negritude; racismo; pesquisa; paridade racial; Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

1. Introdução

Focando-se no contexto brasileiro, surge uma forma especial de racismo, de criação luso-brasileira, possuindo qualidades de ser tanto camuflado-evasivo e, ambigualmente, quanto escancarado-persistente, sendo tal estratégia ideológica chamada de Democracia Racial (NASCIMENTO, 1980). Sob os pilares da modernidade de Saúde Pública e Educação, as primeiras décadas do século XX, deram-se na construção do Brasil e de seu povo sob a imitação da Europa, havendo preocupação das elites deste país de promover progresso científico, modernidade e brancura de uma nova nação (D'ÁVILA, 2006). Consolidaram-se políticas sociais e raciais no Brasil como tentativas de “recuperação de uma população degenerada” em prol de um projeto de branqueamento das (ou genocídio, como afirma Nascimento, 1980) das gentes pobre e não-branca brasileira.

De Nina Rodrigues e a “Escola Baiana de Antropologia” até as propostas freyrianas da docilização das tensões raciais, o peso científico se consolida no negro-problema-objeto e na invisibilização do lugar da pessoa branca nos dilemas raciais. Alguns dos seguidores dessa Escola são Artur Ramos e Afrânio Peixoto, que, junto ao seu professor, seguiam a linha do

¹ Mestrado profissional em Saúde da População Negra e Indígena, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutorando em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: maianeto.mn@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7668-4459>.

repúdio à miscigenação, percebendo que o dito “mestiço”, por ter ascendência negra, também seria invariavelmente “degenerado”, inferior (CFP, 2017).

O conhecimento científico neste período orbita na ficção da neutralidade e universalidade. Os temas, paradigmas e métodos acadêmicos se postam, respectivamente, na formulação de questões a serem debatidas, a análise e explicação destas a partir de um certo percurso de produção de conhecimento, contudo, seguindo Grada Kilomba (2019), é importante estranhar quem define quais perguntas merecem ser feitas e para quem as respostas são direcionadas. Adentrando num paradoxo de entrar e com dificuldade estar, a universidade acaba por ser mais um eco institucional dos racismos, assim, a academia tensiona e é tensionada com a entrada de negritudes.

Situando o epistemicídio, Sueli Carneiro (2005) o considera como uma desqualificação contínua entre o povo e os sujeitos - individual e coletivamente - constituintes dele, pregando uma produção de inferioridade intelectual e do estatuto de deslegitimidade do sujeito negro como cognoscente. Cabem vários impactos, como a negação ao acesso à educação e as estratégias ideológicas de deslegitimação da pessoa negra como aquela portadora e produtora de conhecimento, afetando, enfim, a auto-estima dessa população ao longo do processo educativo” (CARNEIRO, 2005).

A partir do tripé democracia racial, projeto de embranquecimento e epistemicídio, podem ser levantadas algumas questões: E quando pessoas antes (e ainda atualmente) objetos científicos poderem contar suas histórias e produzir ciências? O que se movimenta no campo das tensões raciais quando a pesquisador/a negro/a constrói sua pesquisa em contexto de hegemonia branca? Como se dá o processo de fazer pesquisa quando pessoas negras estão nos lugares de “pesquisador/a” e “entrevistada/o”?

Alguns estudos apresentam esses impasses relativos ao encontro dos dilemas raciais no fazer científico. Iray Carone (2018) lança a pergunta “Será que brancos deveriam entrevistar brancos e negros entrevistar sujeitos negros, de acordo com uma espécie de paridade racial?” (p. 21), respondendo logo em seguida “A paridade surgiu, portanto, como uma nova exigência a ser observada nas entrevistas para propiciar o discurso livre do entrevistado, a despeito desse discurso livre ser entendido como modulado/entrecortado pela angústia e ansiedade psicológicas” (p. 21).

Emiliano David (2018), quando pergunta, em entrevista individual, sobre como a auxiliar branca responsável pela recepção e pelo preenchimento da Ficha de Identificação

das/os usuárias/os, em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), se sentia quando questionava sobre o quesito raça/cor, esta respondeu que “Eu acho ridículo, eu não gosto. Mas tenho que fazer, entendeu? (...) Eu tenho vergonha de perguntar. Às vezes, quando chega nessa parte: ‘ah, vou perguntar’... sabe aquela coisa, ‘vou ter que perguntar’...” (p. 125). Isso parece apontar um certo “constrangimento racial” pelo não reconhecimento dos atravessamentos dos racismos no cotidiano micropolítico (nas relações ocasionais, cotidianas e “pequenas” dentro de um equipamento de saúde, por exemplo), retroalimentando o plano macro político (na ambiguidade de dados desagregados por cor de um equipamento ou na replicação de violência racial entre trabalhadores e trabalhadores-usuários, por exemplo).

Voltando ao relato de David (2018), este entende que a problemática vista por algumas/uns profissionais de não focar na diferença com receio de discriminação racial parece negociar com a ainda viva proposição da democracia racial, no qual recorre à cegueira de não reconhecer as diferenças, pois “se não são vistas, estas não agem” tal como um doente que por medo de descobrir a própria doença que sabe que tem procura evitar ir à/ao médica/o.

Utilizando histórias de vida a partir de sucessivas entrevistas voltadas ao tema de negros em ascensão social, nos anos 80, Neusa Santos Souza (2021) narra seu processo de coleta de dados. “A partir do contato por telefone, criou-se, em quase todos os participantes, uma expectativa: a de que fosse branca. Alguns disseram-me isso com palavras. Outros, com atitudes” (p. 71). Em uma das entrevistas especificamente, a autora conta que um entrevistado, reconhecidamente famoso na época do trabalho, “Confessou-me que - esta foi a expressão usada - que não esperava que eu fosse negra e quando me viu entrar, pensou com seus botões: ‘essa moça deve ter alguma coisa na cabeça’” (p. 72). Este trabalho de Santos (2021) é considerado como estudo pioneiro sobre o sofrimento psíquico e identidade negra (CFP, 2017).

Em outra pesquisa, desta vez realizada por pesquisadora branca junto às/aos participantes brancas/os acerca do tema da construção da branquitude paulistana através do poder e hierarquia racial, Lia Schucman (2012) considera que “Em alguns casos, senti que os entrevistados se sentiam muito à vontade para falar conteúdos racistas, ou conteúdos em que afirmavam uma superioridade racial do branco no que se refere a padrões estéticos e também morais” (p. 55-56), ratificando que certos conteúdos veiculados por sujeitos brancos seriam melhor acessados também por pessoas brancas, assim como assim se daria entre pesquisadores e participantes negros, pois “é necessário considerar que a relação entre pesquisador e pesquisado, neste caso, é bastante afetada pelas tensões raciais não explícitas existentes no Brasil” (p. 50, grifo meu).

Por fim, esse dilema sobre a paridade racial entre pesquisador/a e pesquisando/a foi ponto-chave no trabalho de mestrado deste autor, o qual se dava sobre o cotidiano de trabalho de profissionais negras/os da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), na Bahia. “Por que somente escolher profissionais negras?” foi uma pergunta feita em orientação dessa pesquisa de mestrado, sendo uma questão norteadora deste escrito. Partindo dos pontos levantados, o objetivo deste trabalho é de compreender alguns atravessamentos das questões raciais no processo de fazer pesquisa entre pesquisador e participantes negras/os (paridade racial).

2. Percurso metodológico

Enquanto dentro da perspectiva qualitativa, encontra-se diálogo com Denzin e Lincoln (2006). Estes autores historicizam a pesquisa qualitativa em suas crises, circulando desde colonialidade da Sociologia-Antropologia até apontando as reviravoltas pós-estruturais/pós-experimentais, contudo estes entendem que as crises insistem em ainda acontecerem, negando, com isso, a perspectiva de superação cronológica. Denzin e Lincoln (2006) complexificam as definições possíveis deste campo: a pesquisa qualitativa, enquanto ação-exercício, situa e localiza o observador no mundo a partir de um conjunto “de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (p. 17), atentando às multiplicidades de ferramentas alcançáveis e possíveis do pesquisador/a, a qual assume a posição de *bricouler* (“confeccionador de colchas”). Em suma, “A competência da pesquisa qualitativa é, portanto, o mundo da experiência vivida, pois é nele que a crença individual e a ação e a cultura entrecruzam-se” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 22).

A área de pesquisa em humanas/os na Saúde Coletiva é aqui focada como encruzilhada interessante por assumir, por exemplo, a multiplicidade disciplinar (a sua própria e o contato com outras), o que especificamente entendendo as necessidades advindas das tensões do desenvolvimento científico e das crises cíclicas-históricas. Nisso, aproximando-se da RAPS, Rachel Passos (2019) destaca o cruzamento entre a Reforma Psiquiátrica e o racismo quando relata que este “perpassa a concepção de mundo dos sujeitos e estrutura as relações institucionais, sendo reproduzido nos diversos espaços, inclusive nos serviços que substituem os hospitais psiquiátricos nas políticas públicas e na formação profissional” (p. 85), que, ainda segundo a autora, a invisibilização do racismo, do colonialismo e das relações étnico-raciais ocorreu nas publicações sobre a Reforma e a Luta Antimanicomial, invisibilizando o tema. Destaca-se, com isso, a necessidade de se discutir os elementos raciais nos diversos níveis da atenção psicossocial para a promoção de cuidados legitimamente antimanicomiais, os quais se

ratificam nas iniquidades e desafios presentes em tempos de nova pandemia (DIMENSTEIN; SIMONI, 2020).

Seguindo esses pontos, este escrito é fruto de uma pesquisa (Parecer Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE 55573521.9.0000.0056), a qual tinha objetivo de compreender como profissionais negras/os da RAPS, na Bahia, reconhecem e enfrentam os racismos nos seus cotidianos de trabalho a partir de três temas específicos: os dilemas vividos, as estratégias utilizadas e as necessidades para uma melhor atuação profissional. Através de divulgação em redes sociais, como Instagram, Facebook e Whatsapp, quatro pessoas se disponibilizaram para participar. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas online (via *Google Meet*), de encontro único, durando, no mínimo, 28 minutos e, no máximo, 51 minutos. Transcritas, as entrevistas foram documentadas em um total exato de 50 páginas. Não ocorreu de ser entrevistada mais de uma profissional por equipamento.

Em relação ao perfil das profissionais, três das quatro participantes que aceitaram participar da pesquisa trabalhavam em Salvador, uma no Recôncavo Baiano, com tempo de experiência de trabalho que variava entre meses até mais de 10 anos. No quesito de autodeclaração racial, duas responderam “Preta (o)”; duas, “Parda (o)”. Para fins de manter sigilo sobre a identidade das participantes, houve uso de nome fictício.

3. Resultado e discussão

Volta-se aqui à Carone (2018): só brancos deveriam entrevistar brancos, assim como só negros deveriam entrevistar outros negros? Diante disso, a tal paridade racial comparece como uma necessidade de pesquisa reconhecida na experiência da pesquisadora, pois esta observava que, nas entrevistas, isso colaborava com a fluidez e um discurso livre da/o entrevistada/o.

Como exemplo disso, Kátia trouxe que “No momento em que estou aqui com você, refletindo junto com você nessa entrevista sobre isso, isso reforça o meu desejo de levar isso pro serviço”. Tereza, após ser questionada sobre seu “malabarismo” em sua atuação, diz que “quando eu tô falando com você, eu vou entendendo a dinâmica do movimento do trabalho no CAPS! Mas nós temos grandes problemas!”, parecendo, com isso, relatar a inauguração sobre uma certa “digestão” de seu cotidiano como trabalhadora negra. Isso situa o que Nascimento (1980) trata como Democracia Racial, em que o racismo se dá em sua qualidade ambígua ser camuflado e persistente, portanto difícil de ser reconhecido.

Kianda se emocionou “Às vezes, quando você me interpela desse lugar, eu tento colocar em palavras as sensações, mas eu não consigo. Eu tô aqui lembrando, mas eu não consigo colocar em palavras! Eu só lembro das sensações que eu tinha; e eu negava”, ainda

acrescentando que “É difícil falar disso, sabia? Não é fácil falar disso, de verdade!”, revelando algo do impacto hoje reconhecido dos racismos em sua história profissional-pessoal. Ratificando o aspecto ético do fazer pesquisa (ponderação entre riscos e benefícios) e indo para além do que se espera do uso positivo da entrevista como método de coleta de dados, entrevistar pessoas negras sobre o racismo implica reconhecer que a ambiguidade do racismo: confunde; quando percebido, pode exigir confirmação de outro/a; quando compartilhado, pode parecer tosco demais para que ninguém mais tenha percebido também. Em consonância à pesquisa de Kilomba (2019) com mulheres afro-alemanas, destaca-se o caráter traumático da experiência cotidiana que o racismo facilita especialmente em espaços institucionais, por exemplo, família e universidade.

Não somente no trabalho, mas desde a formação acadêmica o racismo atravessou as/os participantes, como aponta Ofatolumim: “Eu fiz uma graduação em uma universidade pública, né. Quando eu entrei na Psicologia era o segundo curso mais concorrido, então é um curso de alto prestígio social, né. Eu era um dos poucos negros em uma turma de cinquenta e poucos alunos, sabe? Desde aí, já existia um marcador, né”. Sair de uma cidade do interior para a capital de um Estado se deu como um momento marcador para o mesmo: “Eu vim do interior de uma cidade que quando eu saí de lá, a cidade era de 98% da população negra. E aí estar em outro contexto onde hegemonicamente as pessoas eram brancas, né, já causa certo desconforto, enfim... Você começa a identificar “Por que que comigo acontece isso?”. Carneiro (2005), trabalhando o conceito de epistemicídio, traz também o caráter no qual o racismo afeta a autoestima da pessoa negra no processo educacional, repercutindo continuamente até a formação acadêmica.

Na finalização da entrevista, o caminho foi de possibilitar a expressão de qualquer fala, memória ou sentimento que tenha aparecido no decorrer do encontro, mas que não tivesse ainda abertura de acontecer. O encontro se encerrava com dúvidas que sobraram, acordos e agradecimentos, por exemplo. De modo comum, o próprio ato da entrevista foi referenciado junto a um condensado dos temas significativos de cada uma. Kianda traz: “Então, sendo uma mulher preta, eu acho que tenho uma responsabilidade muito grande, de verdade, com os meus pares, com os meus amigos, com as pessoas que estão próximas a mim, então falando pra você: Não pare, não ache que esse assunto é um assunto esgotado!”. Isso retoma o que foi elaborado por Carone (2014): a paridade racial (pesquisador/a e entrevistada/o negras/os) como possibilidade de facilitar o discurso livre e, além disso, a vinculação entre estes/as.

Já Tereza afirma que “acho bem bacana você estar pesquisando sobre isso! Porque eu acho que estamos em um momento muito delicado da Saúde Mental, com o cuidado na Saúde

Mental. Eu sinto que a gente está andando para trás! E eu tenho ficado preocupada com esse caminho pra trás”. Por fim, Ofatolumim relata que “Desde o princípio, quando eu vi, falei ‘Cara, que massa a entrevista... opa, que massa essa pesquisa!’. Acho que a gente precisa cada vez mais, né, poder falar disso. Existe essa categoria de profissionais negros que muitas das vezes não são... ouvidos, não tem espaço de fala”.

4. Considerações finais

Em resumo geral, as entrevistas parecem destacar mais proeminentemente os efeitos nocivos do racismo no trabalho cotidiano na RAPS, evidenciando o silenciamento dessas violências contra os/as profissionais negras/os, ou seja, o racismo atravessa além das demandas das/os usuárias negras/os dos equipamentos. Apesar de aparentemente “óbvio”, a RAPS está no tecido social, o qual inclui as violências raciais em sua dinâmica macro e micropolítica dentro da própria instituição, de modo cotidiano.

Outro ponto notável foi que, no próprio ato da entrevista, a comunalidade de as pessoas entrevistadas sentirem as mudanças na dinâmica da RAPS pós-pandemia, a sensação de “ilhamento” nos equipamentos (ser a única ou uma das poucas pessoas negras dali) e a dificuldade de encontrar espaço/momento para entender as situações difíceis vividas no trabalho, estando aí um ponto interessante das entrevistas e deste estudo. Nisso, ratifica-se o objetivo: compreender alguns atravessamentos das questões raciais no processo de fazer pesquisa entre pesquisador e participantes negras/os. Por exemplo, sendo um pesquisador branco, como as questões raciais encontrariam fluxo no discurso e nas memórias expostas pelas/os entrevistadas/os?

Decorrente das discussões deste trabalho, algumas sugestões de pesquisa podem ser expostas: a) compreender se a paridade racial é colocada como necessidade na construção de pesquisas feita por pessoas negras em uma determinada área, como nas Ciências Sociais e na Saúde Coletiva; b) analisar se a diferença de outros marcadores sociais, como gênero e classe, são reconhecidos por pesquisadores/as no encontro com as/os participantes; e até c) investigar se/como pessoas brancas, que pesquisam as questões raciais, identificam os atravessamentos de sua racialidade no seu fazer pesquisa.

Referências

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo*:

estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. p. 13-23.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Relações raciais: manual de referências técnicas para a atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017.

DAVID, Emiliano de Camargo. *Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2018.

D'ÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil: 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvona. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____ (orgs). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-41.

DIMENSTEIN, Magda; SIMONI, Ana. Encruzilhadas da Democracia e da Saúde Mental em Tempos de Pandemia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242817>. Acesso em: 23 jan. 2025.

KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. Introdução: à mistura ou massacre? In: _____. *Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980. p. 13-34.

PASSOS, Rachel. Frantz Fanon, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no Brasil: o que escapou nesse processo? *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 25, n. 3, p. 74-88, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/download/6812/pdf> . Acesso em: 21 jan. 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista*. 2012. 160p. Tese de Doutorado (Pós-graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

Somos tú y yo (negros): La cuestión de la paridad racial en la investigación.

Resumen



Este trabalho explora los cruces en el proceso de investigación que involucra al investigador y a los participantes, enfocándose en la paridad racial, en la cual ambos son personas negras. Partiendo de un relato de investigación, realizado a través de entrevistas semiestructuradas con profesionales negros/as de la Red de Atención Psicosocial (RAPS) de un estado del noreste de Brasil, se llevaron a cabo cuatro entrevistas que facilitaron reflexiones sobre el propio acto de investigar. Algunos hallazgos destacaron el silenciamiento de las violencias raciales contra los/las profesionales negros/as y, más centralmente para este estudio, la dificultad de estos/as profesionales para encontrar un espacio donde comprender las situaciones difíciles vividas en el trabajo, resaltando así la importancia de la entrevista y la paridad racial. Se sugiere ampliar las investigaciones sobre la relevancia de la paridad racial en estudios de diversas áreas, como las Ciencias Sociales y la Salud Colectiva, así como explorar las percepciones de los/as investigadores/as sobre el ejercicio de la investigación considerando otros marcadores sociales, como el género y la clase. Este trabajo pretende contribuir al debate sobre epistemologías decoloniales y la inclusión de perspectivas negras en la producción de conocimiento científico.

Palabras clave: negrura; racismo; investigación; paridad racial; Red de Atención Psicosocial.

C'est toi et moi (noirs) : La question de la parité raciale dans la recherche.

Résumé

Ce travail explore les intersections dans le processus de recherche impliquant le chercheur et les participants, en se concentrant sur la parité raciale, où les deux sont des personnes noires. En partant d'un récit de recherche, réalisé à travers des entretiens semi-structurés avec des professionnels noirs du Réseau de Soins Psychosociaux d'un État du nord-est du Brésil, quatre entretiens ont été menés, facilitant des réflexions sur l'acte même de rechercher. Certains résultats ont mis en évidence le silence entourant les violences raciales subies par les professionnels noirs et, plus centralement pour cette étude, la difficulté de ces professionnels à trouver un espace pour comprendre les situations difficiles vécues au travail, soulignant ainsi l'importance de l'entretien et de la parité raciale. Il est suggéré d'élargir les recherches sur la pertinence de la parité raciale dans divers domaines, tels que les Sciences Sociales et la Santé Publique, ainsi que d'explorer les perceptions des chercheurs sur la pratique de la recherche en tenant compte d'autres marqueurs sociaux, tels que le genre et la classe. Ce travail vise à contribuer au débat sur les épistémologies décoloniales et l'inclusion des perspectives noires dans la production de savoir scientifique.

Mots-clés: noirceur; racisme; recherche; parité raciale; Réseau de Soins Psychosociaux.

It's you and me (black): The question of racial parity in conducting research.

Abstract

This work explores the intersections in the research process involving the researcher and participants, focusing on racial parity, where both are Black individuals. Based on a research report, which was conducted through semi-structured interviews with Black professionals from the Psychosocial Care Network in a northeastern state of Brazil, four interviews were carried out, facilitating reflections on the act of conducting research itself. Some findings highlighted the silencing of racial violence against Black professionals and, more centrally to this study, the difficulty these professionals face in finding space to understand the challenging situations experienced at work, underscoring the importance of the interview and racial parity. It is suggested to expand investigations on the relevance of racial parity in research across various fields, such as Social Sciences and Public Health, as well as to explore researchers' perceptions of conducting studies considering other social markers such as gender and class. This work aims to contribute to the debate on decolonial epistemologies and the inclusion of Black perspectives in the production of scientific knowledge.

Keywords: blackness; racism; research; racial parity, Psychosocial Care Network.